

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920150001000047>

Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o *Fanfulla* (1921-1942)

The Italian press in São Paulo and the fascism: the *Fanfulla* (1921-1942)

Teresa MALATIAN

Programa de Pós-Graduação em História

UNESP, Campus de Franca

Contato: tmalatian@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em verificar a atuação do *Fanfulla* na dinâmica de propaganda política, bem como as trocas culturais estabelecidas com o fascismo entre os anos 1922-1942. A questão norteadora insere-se nos estudos de cultura política preocupados com o significado do fascismo difundido entre os imigrantes italianos e seus descendentes residentes no Estado de São Paulo. Desdobra-se em outros questionamentos: o motivo do empenho do governo de Mussolini na divulgação desse ideário, os temas abordados nessa propaganda, as reações que suscitou, seja da comunidade italiana, seja do governo brasileiro ou movimentos políticos. Na problematização inclui-se o posicionamento do governo brasileiro do período, seja na diplomacia brasileira ou nos aparelhos repressores em relação à Itália fascista e aos simpatizantes/aderentes do fascismo. A escolha do periódico *Fanfulla* justifica-se por, consensualmente, se tratar na historiografia da mais expressiva das fontes para esse estudo, em razão de longevidade, relações com o regime fascista e difusão no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: *Fanfulla*; imprensa italiana; fascismo.

Abstract: This article intends to verify the *Fanfulla*'s action in the dynamic of the political propaganda, as well as the cultural exchanges established with the fascism during 1922-1924. The leading question is insert on the political culture studies concerned with the significance of the fascism spread among the Italian immigrants and his descendants located on the Sao Paulo State. It unfold in others questions: the reason of the Mussolini government pledge to publish those ideas, the themes approached in this propaganda, the reactions it rise, as well on the Italian community, the Brazilian government and political movements. On this issue is included the position of the Brazilian government, on the Brazilian diplomacy or in the repressive agencies toward fascist Italy and the supporters of the fascism. The choice of the newspaper *Fanfulla* is justified for its position in the historiography, considered the most expressive source for this study, due its longevity, relations with the fascist regime and diffusion on Sao Paulo State.

Keywords: *Fanfulla*; Italian press; fascism.

Imprensa italiana em São Paulo

A imprensa publicada em italiano constitui uma das manifestações culturais dos italianos emigrados para o Brasil e seus descendentes, desde a chamada “grande imigração” que resultou em formação de forte contingente populacional dessa nacionalidade, notadamente no Estado de São Paulo, onde esses imigrantes foram direcionados de início para o cultivo do café com posterior dispersão rural-urbana e emprego em atividades diversificadas.

Quanto ao público leitor dessas publicações, Trento aponta a existência de “um público étnico desprovido de tempo livre para dedicar à leitura, frequentemente isolado, para não dizer segregado, no mundo impenetrável das fazendas e, sobretudo, em grande parte analfabeto” (TRENTO, 2013, p. 21).¹ Mas, para além desse contingente, havia já nas décadas iniciais do século XX, em movimento crescente, um público urbano letrado, resultado da migração de ex-colonos das fazendas para as cidades, atraídos pela industrialização e pelo crescimento dos demais setores da economia. Não só na capital, mas também nas cidades do interior do Estado, a venda dos jornais correspondia ao desligamento de colonos e seus filhos do universo das fazendas mencionadas, em suma, à presença de imigrantes com maior escolaridade no meio urbano, leitores em potencial dos jornais.

A venda de assinaturas e números avulsos dos jornais completava os aportes da propaganda, fundamental para sua receita, com anúncios de companhias de navegação, gêneros alimentícios, serviços médicos, medicamentos, vestuário, etc., muitos deles escritos em português, provavelmente com o objetivo de atingir maior público.

Compreender a atuação dessa imprensa significa abordar seu papel junto aos imigrantes e seus descendentes: “Além de defender os interesses da Itália e dos italianos no Brasil, de tornar as relações mais cordiais com a sociedade local e, eventualmente, de fornecer informações práticas” a imprensa italiana exerceu, segundo Trento, um “papel pedagógico [...] de formar mais do que informar, de modelar consciências”. Atuou reforçando identidades étnicas na divulgação de uma imagem positiva dos italianos como grupos e indivíduos, contribuindo assim para elevar sua autoestima num meio inicialmente bastante inóspito (TRENTO, 2013, p. 31).

Concorreu para isso o fato de essa imprensa ser escrita em língua italiana – a “madre língua” – que constituiu entre os imigrados importante elo identitário, para além dos dialetos trazidos em sua bagagem cultural. Não menos importante foi o fato de expressar seus interesses, suas dificuldades, seus anseios, além de manter permanentemente uma imagem positiva do país de origem, mesmo que ao custo do ocultamento de “verdades incômodas”. Percebe-se que esse papel de mediação exercido pela imprensa terminou “por acelerar o processo de integração dos imigrantes na sociedade brasileira” por traduzir para os italianos a realidade brasileira, longe de segregar ou promover a formação de quistos culturais (DUARTE, 1972, p. 24; SODRÉ, 1977, p. 303).

O Fanfulla

Criado em 17/6/1893, com periodicidade semanal, o *Fanfulla* tornou-se o mais importante periódico em língua italiana, publicado diariamente em São Paulo desde 1894, e alcançou ao longo das décadas seguintes projeção nacional. Passou por diversas modificações de periodicidade, número de páginas e orientação política, sempre com ampla recepção, que lhe garantiu tiragem diária de 15 mil exemplares em 1910, situação não muito distante do principal jornal paulista, *O Estado de S. Paulo*, que alcançava a edição de 20 mil na década de 1920, para afinal chegar em 1934 à surpreendente impressão de 40.000 exemplares. A rápida difusão e a ampliação do público leitor são atestadas por sua estratégia de propaganda, pois, apesar de seus artigos serem publicados em italiano, circulavam também no periódico anúncios comerciais em português, nas suas oito páginas em grande formato. Foi bastante inovador ao adquirir em 1904 uma rotativa Albert de Frankenthal e quatro linotipos canadenses, avanço tecnológico que nos anos seguintes foi também adotado pela grande imprensa paulistana.

Entre as modificações importantes, passou a ser publicado em português desde 31/08/1941 para atender às determinações legais sobre publicações em língua estrangeira no Brasil. Deixou de circular em 29/01/1942, no contexto do posicionamento do Brasil em relação à Segunda Guerra Mundial, e voltou a ser publicado em italiano em 05/05/1947 (TRENTO, 2013, p. 173). Até 1965 foi diário, em 1966 se tornou semanal (*La Settimana*), em 1979 passou a ser *La Settimana del Fanfulla*, em 2001 voltou a ser *Fanfulla* e em 2011 passou a ser quinzenal, impresso em português e a cores. Atualmente se apresenta como “O jornal dos italianos no Brasil desde 1893”, reivindicando em epígrafe a continuidade da publicação centenária e direcionado para a “Comunidade Ítalo-Brasileira”. Seu fundador e primeiro diretor, o jornalista italiano Vitalino Rotellini, havia passado anteriormente pela redação dos jornais peninsulares *Messaggero* e *L’Aquila Latina*. Em 1924, o jornal tornou-se propriedade da sociedade “Fanfulla Limitada”, dirigido por Vezio Forelli e Augusto Goeta (redator-chefe). No período recortado para este artigo sua redação estava instalada à Rua Líbero Badaró, n. 10, na capital, onde também funcionavam redações de outros jornais.

O nome lhe foi dado em homenagem a Bartolomeo Tito Alon, guerreiro libertário que viveu em Lodi (Itália) no século XV e tinha por apelido Fanfulla. Segundo Franco Cenni, a denominação foi escolhida em homenagem ao frade-soldado “amante dos torneios e das batalhas, das armas reluzentes e do vinho generoso, aquele Fanfulla que se tinha tornado famoso não apenas pelas suas empresas temerárias, mas também pelos seus ditos chistosos” (CENNI, 2003, p. 345-346).

O jornal logo deixou seu caráter inicial humorístico para “adotar um estilo sério e patriótico, engajando-se em diversas campanhas em defesa dos imigrantes italianos e pela necessidade de uma participação ativa e direta dos italianos residentes no Brasil no movimento político e administrativo

nacional” (SOUZA, 2010, p. 59). Havia nele seções de política brasileira, cultura, variedades e esportes. Não adotava uma linha política específica antes da era Mussolini, nem militava junto ao movimento operário socialista/anarquista, embora defendesse o trabalhador imigrante.

Com a virada política na Itália que acompanhou a ascensão de Mussolini, passou a apoiar o fascismo, de que se tornou um dos principais divulgadores no Brasil, graças à ampla circulação de seus números na capital e no interior do Estado, onde havia grande contingente populacional de origem italiana. Procurava atingir um largo espectro social, notadamente os residentes nas cidades, com maior possibilidade de acesso aos jornais e à sua leitura, e para isso veiculava notícias referentes à imigração, aos imigrantes, e não apenas à classe operária, da qual não foi porta-voz específico. Por esta razão tem sido visto por alguns pesquisadores como representante da “imprensa burguesa”.

A leitura de prontuários da DEOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) nos permite conhecer melhor o corpo editorial do jornal nos anos 1930 e 1940, pois os inquéritos policiais instaurados a propósito do envolvimento de italianos com o fascismo, em resposta às medidas nacionalistas de 1938 tomadas pelo governo brasileiro, trazem informações relevantes e complementares à leitura dos números do *Fanfulla* (CARNEIRO; KOSSOY, 2003). A partir desses prontuários é possível estabelecer que de 1935 a 1938 um dos redatores foi Leonzio (Luiz Vicente) Roncari, professor do colégio Dante Aleghieri em São Paulo. Segundo o diretor do jornal, sua tarefa consistia em traduzir telegramas das agências Havas e United Press – obviamente omitida a vinculação com a sucursal de Roma – além de comentar os acontecimentos da vida paulista que, de fato, constituíam importante seção do jornal. As declarações de seu diretor Luiz Vicente (Luigi Vincenzo) Giovanetti, em 1942, no intuito de salvar Leonzio Roncari da acusação de fascista, mostraram à polícia uma imagem do *Fanfulla* conveniente à neutralidade alegada: “A ação do *Fanfulla*, tanto no terreno político, como em referir e comentar os acontecimentos da vida paulista, foi sempre endereçada a incentivar as boas relações entre o Brasil e a Itália e a exaltar a obra renovadora do governo do Exmo. Sr. Getúlio Vargas” (DEPOIMENTO, 1942).² No momento de virada da política externa brasileira, a perseguição aos italianos suspeitos de cooperação com o regime fascista e de efetuar sua propaganda por diversos meios (educação, cultura, etc.) substituiu a atitude vigilante instaurada desde a virada nacionalista, anticomunista e contra o Integralismo mediante o Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil. Vedava-lhes especialmente

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição

estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão [...] (DECRETO-LEI, 1938, p. 53-54).

A legislação buscava reprimir não apenas comunistas, mas também nazistas e fascistas, principalmente dirigentes ou os que ocupavam postos-chave e especialmente os que mantinham ligações com o Integralismo. O motivo estava na repressão do governo Vargas aos aliados do período anterior à implantação do Estado Novo, pois o frustrado *putsch* integralista de 11 de maio de 1938 desencadeou severa repressão aos envolvidos na tentativa de golpe, desdobrada em censura a livros e à propaganda integralista. Houve empenho em “os perseguir tenazmente, dissolvendo os núcleos, proibindo a sua propaganda e fechando os seus jornais”, especialmente em São Paulo, local de residência de Plínio Salgado e onde havia grande número de membros da Ação Integralista Brasileira (AIB). Com essa intenção, foi editado o Ato Institucional n. 1 de 18 de maio de 1938, que definia os crimes contra personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, instituíu a pena de morte e condenações pesadas para os que atentassem contra as instituições. Integralistas suspeitos de envolvimento na tentativa de golpe foram presos e torturados e, para escapar à perseguição, alguns buscaram asilo político na embaixada da Itália (CARONE, 1977, p. 200-207).

Para os imigrantes italianos e seus descendentes, o ano de 1938 foi especialmente tumultuado dada a permeabilidade entre fascismo e integralismo, que os colocou em situação de vulnerabilidade perante a repressão que visou em primeiro lugar a dizimar as fileiras integralistas insurretas. Prisões e investigações insistiam nessa correlação para justificar a repressão, que atingiu altos dirigentes do fascismo no Brasil, como o industrial José Falchi, afinal libertado por ausência de provas. Nessas investigações registradas em prontuário, todos os acusados negaram o envolvimento com o integralismo, no máximo se diziam adeptos do fascismo.

Os prontuários trazem ainda transcritos dados que os investigadores da polícia política trataram de levantar sobre o *Fanfulla*, na obra *Lo stato di S. Paolo nel Cinquantenario*

dell'Imigrazione (PISANI, 1937), em que o jornal foi apresentado como “arauto da italianidade” e “apóstolo incansável da amizade ítalo-brasileira, [...] o exato intérprete do pensamento fascista, o afirmador constante da glória do Duce e do Regime, o estrênuo defensor dos interesses morais e materiais da Itália”. No mesmo prontuário de Luiz Vicente Roncari, a investigação registrou em 1942 os redatores do jornal: Mario Santalucia (responsável), Nino Augusto Goeta (colaborador), Luigi Vincenzo Giovanetti (articulista), Ferruccio Rubbiani (colaborador), Alfredo Nunzi, Gino Rastelli, Francesco Costantini, Luigi Ricci, Emilio Romeo, Gino Roncari, Odilo Giordano e Giuseppe Menesini (redatores) (DEPOIMENTO, 1942).

Fascismo e imprensa

Constitui fato incontestado a afirmação de que o regime fascista atribuiu grande papel à propaganda, e nela a imprensa desempenhou papel destacado. Mussolini fora jornalista antes de subir ao poder e “conhecia o peso da arma jornalística nas mãos de quem soubesse modelar o sentimento público”. Acompanhava atentamente a imprensa regional, nacional e estrangeira, controlando de perto sua publicação na Itália. A propaganda do regime não permitia que se esquecesse ter sido ele diretor do *Avanti* e do *Popolo d'Italia*, nem sua atividade jornalística, compartilhada com outros dirigentes fascistas. Instalou em 1928 na Secretaria de Imprensa seu genro Galeazzo Ciano, que se tornaria posteriormente ministro da Imprensa e Propaganda. Desde 1931, com o fortalecimento do regime, o gabinete de imprensa da presidência do Grande Conselho passou a atuar como “órgão de propaganda da italianidade e do regime”, a difundir entre a população as palavras de ordem e a “censurar toda informação suscetível de causar prejuízo à imagem positiva do fascismo e de seu Capo”. Sob a direção de Ciano, a imprensa assumiu papel fundamental na criação e difusão do “culto à personalidade mussoliniana”, e para isso a imprensa oposicionista, bem como seus sustentadores, foram silenciados (MILZA, 2011, p. 32-35).

Em 1934, o Ufficio della Stampa (Secretaria de Imprensa), que, diretamente controlada por Mussolini, comandava o controle da informação, se tornou Subsecretariado de Imprensa e Propaganda; em 1935, passou a ser ministério, para afinal se transformar em 1937 no Minculpop – Ministério da Cultura Popular, que exerceu o papel de principal articulador da propaganda e da divulgação da cultura fascista tanto na Itália como *all'estero* (no exterior). Foi por sua atuação que a imprensa passou a ser instrumento fundamental da política do regime fascista, “o mais importante canal pelo qual o regime transmitia às massas as linhas de sua política interna” (CAPELATO, 1999, p. 167-178).

Por diversas ocasiões Mussolini manifestou-se sobre o papel da imprensa, a exemplo do discurso proferido em 10 de outubro de 1928: “O jornalismo, mais do que uma profissão, tornou-se

uma missão de grande importância porque na época contemporânea, depois da escola, que instrui as novas gerações, é o jornalismo que circula entre as massas, encarregando-se de sua informação e formação” (apud CAPELATO, 1999, p. 174).

A fascistização da imprensa italiana já se completara em 1926 em decorrência do controle exercido pelo *Ufficio della Stampa*, que operava diretamente na forma e no conteúdo das matérias veiculadas pelos jornais; jornalistas eram admitidos nas redações com a condição de serem portadores da *tessera* (carteira de identificação) do Partido Nacional Fascista. O jornalismo italiano na década de 1920 “assumiu o estilo fascista, que consistia em usar uma linguagem precisa, séria e enérgica no lugar da retórica pomposa do regime liberal” (CAPELATO, 1999, p. 174).

Uma das ações dessa política voltou-se para a inserção e tentativa de controle dos jornais italianos publicados no exterior, entre os imigrantes. Especialmente no que diz respeito ao Brasil, nos anos 1930 essa propaganda foi intensificada e completada com o envio de livros, filmes, fotos e matérias para os jornais aqui editados. Os consulados nela desempenharam papel fundamental desde os anos 1920, por fornecerem às publicações alinhadas 1920 auxílios financeiros, franquias telegráficas e passagens para viagens marítimas que proporcionavam visitas de jornalistas à Itália. Também divulgava-se no país o jornal *Il popolo d'Italia*, principal porta-voz do regime.

A relevância da imprensa publicada em italiano no Brasil tem recebido atenção crescente pelos pesquisadores do tema. Fábio Bertonha defende a tese de que a investida fascista no Brasil se explica pela diplomacia e pelos “objetivos fascistas dentro do relacionamento Brasil-Itália e da política migratória” (BERTONHA, 1997, p. 105).³ Argumenta que nos anos 1920 “o regime fascista recuperou a antiga ideia de criar uma Itália no exterior via emigração (ainda que sob um novo enfoque) e o seu objetivo de expandir as fronteiras econômicas e culturais italianas através da mesma”. Os argumentos apresentados pouco avançam no sentido de confrontar essa intenção com a “política de não-emigração fascista” no período. Mais convincentes são os argumentos de que na década de 1920 diversas fontes apontam o projeto de expansão italiana no mundo pelas vias econômica e cultural. Para o Brasil e para São Paulo, o objetivo seria a formação de “uma grande nação latina culturalmente ligada à Itália” e aumento do intercâmbio comercial, que motivou a mobilização do sentimento de italianidade por meio das associações fascistas como os *fasci all'estero*, sociedades *dopolavoro* (literalmente, depois do trabalho) destinadas à recreação e ao lazer, além de associações de ex-combatentes (BERTONHA, 1997, p. 109).

Nos anos 1930, para Bertonha, o regime fascista intensificou o objetivo de fundação de um “Império italiano” e para isso buscou apoio entre os emigrados na América do Sul de modo a obter prestígio internacional. Localiza nessa década “maior simpatia de setores da sociedade brasileira pela Itália e pelo fascismo italiano”, que o autoriza a levantar a hipótese de que

O grande objetivo do governo italiano passou a ser – descontada a continuidade de interesses econômicos e de manutenção da italianidade da colônia italiana – a quebra da hegemonia americana e a formação de um grande bloco de nações latinas e fascistas ligadas a Roma (BERTONHA, 1997, p. 114).

Afirma, em suma, que

[...] o fascismo procurava difundir sua imagem, em termos genéricos, no Brasil, também para seus fins de obtenção de um consenso externo para o regime [e] que sua política de propaganda foi cautelosa e muitas vezes contraditória – para evitar danos no relacionamento com o governo do Rio de Janeiro [...] e que encontrou enormes dificuldades em sua execução (BERTONHA, 1997, p. 114).

Sua interpretação vai ao encontro da tese defendida por Pierre Milza de que Mussolini desenvolveu em sua política externa, ao longo do decênio fascista, a ideia de universalidade de Roma, também conhecida como a “Internacional Fascista”. Para isso estimulou a formação de *fasci* entre a população emigrada não apenas para enfrentar a contrapropaganda, mas também para divulgar “a imagem de uma Itália moderna, disciplinada e pacífica”. O movimento político buscou diálogo com os

[...] movimentos que, inspirando-se mais ou menos nos ideais fascistas, nasceram não de iniciativas italianas, mas do desejo de imitar um modelo julgado mais eficaz e mobilizador que as clássicas formações de ultradireita nacionalista. Logo decidiu dar seu apoio a organizações que, não sendo propriamente fascistas, apresentavam semelhanças com seu movimento e podiam favorecer seus projetos diplomáticos (MILZA, 2011, p. 163).

Evidentemente, o principal alvo desse fascismo universal eram os países europeus, onde também havia movimentos de semelhante coloração política. A eles se destinava o plano grandioso da fundação da Terceira Roma, como centro difusor dessa Internacional iniciada com a conquista do poder na Itália, em luta contra o socialismo/comunismo.

As milhas oceânicas que separam ambos os territórios dificultavam os planos de expansão do fascismo no Brasil, porém havia no país movimentos políticos em ascensão, que buscaram e encontraram inspiração no fascismo, entre eles, a Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932. Como assinala Milza, essa campanha teria como principal objetivo “preparar terreno. Mussolini queria surgir aos olhos da opinião internacional como papa do fascismo mundial”, consoante seu desejo de ampliar a audiência no exterior. Não é plausível que visasse ao triunfo do fascismo no Brasil, embora a propaganda tenha se aproveitado da guinada à direita e do nacionalismo, desenvolvida desde a falência do Estado liberal democrático com a Revolução de 1930 e institucionalizada com o golpe de Estado em 1937.

Fanfulla e o fascismo

A implantação do regime fascista na Itália alcançou importante repercussão entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Brasil, que eram numerosos às centenas de milhares, embora no entre guerras o movimento migratório tivesse diminuído, em parte devido ao desestímulo do governo italiano.

A propaganda fascista voltou-se para essas comunidades *all'estero* que passaram a ser alvo de sistemática campanha e de esforços para a divulgação da excelência do regime, por meio de diversos canais de comunicação e de ação cultural, entre os quais se sobressai a imprensa publicada em idioma italiano. Além dos jornais já publicados em São Paulo (*La Tribuna Italiana* e *Fanfulla*, por exemplo), houve a criação de outros, que alcançaram, nos anos 1920-30, a soma de treze títulos publicados no Estado de São Paulo. Porém o apoio ao regime não mobilizou de imediato os jornais, tanto que a fundação dos *Fasci di combattimento* em Milão, em março de 1918, só veio a ser noticiada no *Fanfulla* a partir de 1920-21, após a Marcha sobre Roma, quando “as posições foram se delineando claramente” e as ações violentas dos fascistas passaram a ser justificadas como reação ao movimento das esquerdas (TRENTO, 2013, p. 21).

Nesse início da implantação da estrutura fascista na Itália, o *Fanfulla*

[...] considerava que o que estava acontecendo não passava de um fenômeno transitório, que terminaria com a restauração da legalidade. Mas havia muito mais: havia afinidades de fundo com alguns valores defendidos pelo fascismo, havia a convicção de que na Itália fosse necessária uma força política que pedisse a seus inscritos serem, simplesmente, bons italianos (TRENTO, 2013, p. 21).

Acabaria por conclamar os italianos a aderirem ao fascismo. Com a ascensão de Mussolini ao poder, em 1922, o jornal passou a se manifestar sistematicamente contra o socialismo e a publicar artigos e reportagens laudatórias do governo de Mussolini e da missão regeneradora do Partido Nacional Fascista.

A reação inicial de afastamento e desconfiança em relação ao fascismo foi pouco a pouco alterada no jornal com a concessão de franquias telegráficas pelo governo italiano em 1922. Nesse mesmo ano, a morte de seu fundador, Rotellini, abriu ao Estado italiano a possibilidade de posse da empresa *Fanfulla* por disposição testamentária que lhe legou cotas acionárias. Em 1934 a aquisição das ações do outro sócio, Poci, tornou o jornal propriedade do governo italiano, mas a transação, proibida pela legislação brasileira, foi conduzida por testas de ferro brasileiros, filhos de italianos, por meio da *Società Fanfulla* (TRENTO, 2013, p. 45).

Bertonha resume bem a trajetória do jornal para a órbita da cultura política fascista: das reticências iniciais passou a atacar os antifascistas, que inevitavelmente surgiram no Brasil no

período, e a apoiar a política fascista na Itália. Segundo o autor, o relatório do *fascio* de São Paulo de 24/3/1925 informa que

Um ou outro artigo crítico ainda podem ser encontrados no jornal até 1927, mas foram poucos os circunscritos a um ou outro tema, como as leis contra a liberdade de imprensa e a violência excessiva dos esquadristas. A ideia corporativa e a política externa do regime também foram fortemente apoiadas pelo jornal. A alteração de seu corpo de redatores onde, até pelo menos 1925 conviviam pessoas de fé fascista e antifascista, é um fator indicativo dessa caminhada em direção ao regime, pois esses redatores de esquerda foram sendo lentamente substituídos por outros mais próximos do fascismo, o que fez, aliás, vários dos redatores antifascistas se transferirem para a imprensa antifascista (BERTONHA, 1998, p. 121).

O papel da imprensa na divulgação do fascismo, para Trento, consistiu em atrair a classe média e a burguesia, que na Itália foram as classes de apoio ao regime, mas também os operários, cooptando-os da esfera de atuação do socialismo. Houve grande empenho do governo italiano em promover por diversos modos essa propaganda nos jornais, por influência sobre redatores, diretores, proprietários e mesmo por aquisição de cotas das empresas jornalísticas. Disso resultou que muitos jornais surgidos no entre guerras já tivessem esse direcionamento e outros mudassem de posição, inclusive se apresentando como porta-vozes dos *fasci*. Passaram, por exemplo, a usar a palavra *camerata* para indicar os simpatizantes do regime, bem como a nomear *balilla* as crianças nos anúncios de nascimentos e batizados.⁴ Criou-se assim um “novo jornalismo” de língua italiana no Brasil voltado para a doutrinação. Surgem nesses jornais textos de figuras de destaque no fascismo, como o de Giuseppe Bottai no *Fanfulla* em 1923. Foram feitas “pressões diretas e indiretas” mediante financiamentos, concessões de franquias telegráficas e mesmo chantagens. Nesse percurso foi decisivo o papel dos cônsules que passaram a ser nomeados segundo critérios políticos por sua afinidade com o regime, como ocorreu com Serafino Mazzolini, cônsul na cidade de São Paulo entre 1928 e 1932 (TRENTO, 2013, p. 110-114).

Cabia aos jornais enaltecer publicamente o fascismo e o Duce mediante a publicação de artigos e fotos, e nesse sentido foi realizada a

[...] exaltação ao Duce, entregando ao imaginário coletivo a figura de uma personagem determinada, poderosa, corajosa, audaz, que zelava por todos os italianos tanto na Itália quanto no exterior, tutelando-os e protegendo-os como um bom pai. Essa natureza amorosa não contrastava com o magnetismo e com a força de vontade, qualidades que ele teria, aliás, arrancado maieuticamente das vísceras dos italianos (TRENTO, 2013, p. 116).

Em contrapartida à negação da alternativa socialismo/comunismo para o movimento operário, foram propagadas suas conquistas em termos de desenvolvimento material, bem como a

necessidade da harmonia entre as classes e da ordem no mundo do trabalho mediante a implantação do Estado corporativo. Houve acolhimento dessa propaganda por parte dos imigrados, pois seus argumentos iam ao encontro de seus anseios de valorização da identidade italiana e de sua origem num país bem situado no plano internacional em decorrência do regime fascista. Em suma, em defesa da italianidade, conforme o direcionamento dos *fasci* e das organizações *dopolavoro*.

No *Fanfulla*, tanto os artigos produzidos localmente como o noticiário recebido diretamente da Itália permitem a constatação da existência de uma “cultura fascista” com a qual o jornal dialogou e de que participou ativamente, fazendo eco à imprensa que se tornara centro difusor do “infatigável florilégio da apologética fascista” (MILZA, 2011, p. 101). Por meio dos prontuários DEOPS, já mencionados, é possível também verificar que a propaganda se fazia pela censura das matérias que seriam publicadas, sobretudo os telegramas das agências internacionais, dos quais eram recortadas “as partes menos adequadas aos fins de propaganda”, além de censura dos “telegramas que não satisfaçam o programa fascista” (OFÍCIO, 1942). Construía-se assim uma cultura fascista adequada aos interesses do regime no Brasil.

Pelos prontuários pode-se ainda verificar listas de materiais apreendidos no *Circolo Italiano* de São Paulo, nos *fasci* e em residências de suspeitos de fascismo. Eles esclarecem não apenas a iconografia (a imagética em fotos e bustos de Mussolini, representações do *littorio*) que em geral se repetia nas apreensões, e entre os documentos um prontuário é especialmente rico ao listar as obras apreendidas na residência de Aldo Bognetti em 1942. Engenheiro, seu nível de instrução sobressaía no conjunto dos imigrantes de sua nacionalidade e, por sua atuação no *Fanfulla*, conseguiu guardar um retrato autografado de Mussolini ao jornal e aos italianos do Brasil, datado de 1926. Entre as obras encontradas em sua residência estavam, segundo a polícia, biografias laudatórias de Mussolini: *Dux*, escrita por Margherita Sarfatti e *Benito Mussolini*, de Giorgio Pini. Também faziam parte dessa cultura fascista a brochura *Vomere e Espada*, que continha pensamentos e máximas tirados dos discursos e escritos de Mussolini; *História criminal do Governo Inglês*, de Elias Ragnant, e, surpreendentemente, os *Protocolos dos Sábios de Sião*, de autoria atribuída pela polícia ao líder integralista Gustavo Barroso, colocado de cambulhada na lista fatídica para melhor atestar a culpabilidade do investigado por envolvimento com o integralismo (AUTO, [s/d]).

Essa cultura do fascismo se tornou bem clara com as comemorações da Decenale da Marcha sobre Roma, quando foi publicado no 14º volume da Enciclopedia Treccani⁵ o verbete *Fascismo*, assinado por Mussolini embora escrito pelo filósofo G. Gentile. Na Itália, a oposição interna estava silenciada pela violência do *manganello*, do fogo, do óleo de rícino e outros meios de intimidação e coação utilizados pelos esquadristas. Era o apogeu da era fascista.

As publicações do *Fanfulla* nesse ano, ainda que nelas houvesse a concessão à política interna brasileira abalada com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, trouxeram aos leitores

paulistanos reforços à propaganda, até certo ponto discreta, anteriormente feita. O aporte teórico de baixa intensidade sobre o fascismo veio assinado pelo próprio Duce, que assumira sua autoria para pregar a supremacia da política sobre a economia, a fusão entre público e privado, a submissão da vida individual à vida coletiva sob a hegemonia absoluta do Estado. Formar uma nova consciência individual e coletiva seria forjar um novo homem desembaraçado das amarras do individualismo egoísta que alimentava o liberalismo, tornando os indivíduos células da coletividade nacional entendida como organismo vivo comandado pelo Estado (MILZA, 2011, p. 24).

Uma leitura da História desde o Renascimento sob a ótica fascista apontava os erros do liberalismo, da democracia e do socialismo nesse balanço do regime feito para a Decennale. O artigo intitulado *A doutrina do Fascismo exposta em uma admirável síntese do Duce*, publicado no *Fanfulla*, em 02/07/1932, é emblemático da apologética de Mussolini e condensa o artigo publicado na *Enciclopédia Treccani*, no verbete Fascismo, trinta e cinco páginas resumidas em seu essencial pelos articulistas do *Fanfulla* para seus leitores.

O fascismo saído da pena de Gentile é apresentado como

[...] práxis e pensamento, ação à qual é imanente uma doutrina que surgindo de um dado sistema de força histórica, se insere e opera desde dentro. Há portanto uma forma correlativa às contingências de lugar e de tempo, mas tem junto um conteúdo ideal que o eleva à formula de verdade e história superior do pensamento. Não se age espiritualmente no mundo como vontade sem um conceito da realidade transitória e particular sobre a qual é preciso agir, e o da realidade permanente e universal na qual a primeira tem seu ser e sua vida (A DOCTRINA, 1932, p. 2).⁶

A concepção organicista ou “orgânica” do mundo inspira a concepção do fascismo e o impulsiona a agir como organização de partido, sistema de educação e disciplina. A chamada concepção espiritualista – por oposição ao materialismo histórico – rejeita o individualismo mas também se ergue contra o coletivismo socialista. Nela, o indivíduo se funde à nação

[...] que abraça juntos indivíduos e gerações em uma tradição e em uma missão, que suprime o instinto à vida fechada no breve giro do prazer para instaurar no dever uma vida superior, liberta dos limites do tempo e do espaço: uma vida na qual o indivíduo, através da abnegação de si, do sacrifício dos seus interesses particulares, até mesmo da morte, realiza aquela existência toda espiritual, na qual está o seu valor de homem (A DOCTRINA, 1932, p. 2).

Em 1932, a paz com a Igreja Católica, firmada desde o Tratado de Latrão em 1928, “favorece a adesão mais ou menos passiva dos católicos a um regime que oferece ordem, paz social e autoestima com uma política externa que afirma a vocação da Itália como potência internacional de primeiro plano” (MILZA, 2011, p. 22). Nesse contexto, a insistente afirmação do espiritualismo da doutrina fascista respondia, porém, sobretudo ao confronto com a Igreja Católica em torno da

disputa pela educação da juventude. Além de vincular o fascismo à visão de mundo espiritualista por oposição ao materialismo histórico, significou a afirmação de uma doutrina política que, embora não afirmasse a vinculação com nenhuma religião específica, apresentava-se como “concepção religiosa, na qual o homem é visto na sua relação imanente com uma lei superior, com uma vontade objetiva que transcende os indivíduos particulares e os elementos conhecidos de uma sociedade espiritual”. No entanto, o conceito de fascismo divulgado no referido artigo não o aproxima de uma religião, e sim de uma religião do Estado entendido como valor supremo, “a realidade verdadeira do indivíduo”; “tudo está no Estado e nada de humano ou espiritual existe, nem ao menos tem valor, fora do Estado”, o qual estabelece uma só linha de desenvolvimento nacional, uma única vontade.

Além da explanação doutrinária, as edições do *Fanfulla* de 1932 mantiveram o culto à personalidade de Mussolini, com destaque para suas relações com o rei, suas qualidades de chefe e sobretudo o desempenho como o grande mentor do fascismo. O artigo *Itália Hoje*, escrito por Antônio Cippico, senador do Reino da Itália, constitui panegírico modelar de Mussolini que, “nascido do povo, trabalhador, desterrado, encarcerado”, havia sido adepto do socialismo mas se deu conta da “fragilidade dessa ideologia e de sua tática” quando, na Primeira Guerra, o internacionalismo foi derrotado pelo nacionalismo. Apresenta pontos de contato entre fascismo e socialismo, para afirmar que Mussolini também amava o povo, detestava a burguesia e, principalmente, adorava a Itália. Tanto que teria conseguido superar a divisão entre cidade e campo, fazendo o milagre da união nacional pelo Fascismo, que “enquadrava milhões de rurais”. “As massas rurais e os cidadãos estão todos solidamente enquadrados nela”, e o responsável por essa união é o Estado nacional e corporativo, em que em lugar da luta de classes existe a colaboração entre elas. Esta teria sido a revolução fascista que renovou a Itália, obra de Mussolini: “nenhuma mentalidade de homem de Estado é, de outra parte, tão aderente ao perpétuo fluir da vida e a preparar e a secundar nesta as inevitáveis ações e reações quanto o gênio de Benito Mussolini”. Um regime que seria, portanto, aberto às transformações, longe de ser sistema fechado, como o acusavam (CIPICO, 1932, p. 3).

O fascismo rural foi totalmente omitido nos encômios à obra unificadora da nação no que diz respeito a sua atuação violenta contra associações de trabalhadores rurais, em expedições punitivas dos camisas negras apoiadas pela média e grande propriedade. A propaganda no jornal buscava eliminar dos textos os confrontos violentos e apresentava a difusão do fascismo como obra do Duce e de sua força doutrinária que promoveram o “enquadramento” louvado por Cippico. Em meio à crise econômica mundial que afetou também a Itália, o *Fanfulla* ressaltava a política governamental empenhada em obter colheitas satisfatórias e intervenção nos preços, visando a “harmonizar o interesse dos produtores individuais com o interesse superior do país” mediante

taxações, crédito e bonificações. E, sobretudo, seu resultado consistia na “tranquilidade” no campo, de modo que o grande problema do momento nesse setor produtivo se resumiria apenas à falta de fertilizantes químicos para incrementar a produção agrícola (GIBELLI, 1932, p. 2).

A divulgação de fatos positivos ocorridos na Itália (comemorações, atos públicos, atividades esportivas, melhoramentos nos transportes ferroviário e rodoviário) concorria para a construção da imagem do fascismo como agente da modernização. Grande destaque foi dado às transformações, então em andamento em Roma. A capital passava por uma remodelação urbanística ordenada por Mussolini, e esperava-se que dela resultaria a reconstrução no prazo de cinco anos. Para isso, a velha cidade estava sendo “arrasada até o chão”, porém com o cuidado da preservação da chamada Cidade Eterna, pois monumentos antigos, palácios e templos foram considerados “sagrados”. O plano quinquenal de arrasa quarteirões de casebres e “pequenas casas sórdidas”, nessa ótica, seria um sucesso por exprimir “a vontade de um só homem”, o Duce, que não teria nomeado comissões para tal empreitada, mas comandado pessoalmente a elaboração do projeto da Nova Roma e sua execução, obra que, ademais, proporcionou trabalho aos desempregados (O PLANO, 1932, p. 2). Foram obviamente omitidas informações sobre o destino dos moradores desses casebres, desalojados e enviados para áreas periféricas e carentes das mais básicas condições de moradia.

Em compensação, o *Fanfulla* se esforçou para mostrar a Nova Roma livre da criminalidade, situação obtida pela “moralização dos jovens”, que os teria afastado de “possíveis tendências criminais” num atestado do acerto de sua política de educação da juventude, que desde 1931 era motivo de controvérsia com a Igreja Católica. O sucesso da ação contra a criminalidade seria o resultado de

Uma organização da política com fortíssimos meios: graças a este fator em Roma não existem bandos organizados de criminosos; arrombamentos e furtos mediante correria são desconhecidos; o banditismo em automóvel não fez ainda sua aparição; os assassinatos premeditados são raros; o vício é reduzido ao mínimo. Os poucos criminosos são em geral entregues à justiça. O problema da educação da juventude para evitar o mais possível qualquer crime faz parte do trabalho da organização fascista, com a qual a polícia coopera e cujo desenvolvimento provavelmente chegou a um ponto não alcançado em outra cidade. Grupos como os *Balilla* e os *Avanguardisti* melhoram as condições de vida da juventude no País, enquanto os esportes, as viagens turísticas, etc., são acessíveis a todos (PORQUE, 1932, p. 3).

Para completar a ação “educativa” (leia-se repressora dos movimentos contrários ao fascismo), a polícia metropolitana, os *carabinieri*, a polícia fascista e a OVRA (Organização para a Vigilância e Repressão ao Antifascismo, a polícia secreta do regime) cooperavam na manutenção da ordem com o uso de “métodos moderníssimos”, segundo o articulista.

Recepção da propaganda fascista em SP

O *fascio* Filippo Corridoni (nome dado em homenagem ao sindicalista e jornalista italiano), fundado em 1923, foi a primeira e mais importante organização fascista da cidade de São Paulo no período, mas além dele fundaram-se outras organizações fascistas na capital e no interior: *fasci all'estero*, organizações *dopolavoro*, associações de ex-combatentes, escolas, etc. Respondiam aos esforços desenvolvidos entre 1923 e 1926 por Giuseppe Bastianini, secretário geral dos *fasci*, incumbido na Itália de “organizar e disciplinar os numerosos grupos fascistas surgidos nas populações emigradas” (MILZA, 2011, p. 63-64).

A mobilização para o fascismo resultou no quadro dos *fasci* em franca expansão entre 1928 e 1934, período em que foram estabelecidas sedes nas cidades de São Paulo, Santos, São Bernardo, Sorocaba, Andradas, Botucatu, Bauru, Presidente Prudente, São João da Bocaina, Jaú, Catanduva, Jaboticabal, Itápolis, Araraquara, Ribeirão Bonito, Barretos, São Joaquim, Franca, Ribeirão Preto, Tambaú, Mococa, Sertãozinho, São Carlos, Espírito Santo do Pinhal, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Jundiaí, Campinas, Batatais, Salto, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista.

A cidade de São Paulo, dado o grande contingente de imigrantes italianos e seus descendentes nos anos 1920-40, propiciou amplo público para a recepção da propaganda fascista. Era o momento da crise da liberal-democracia, que no país se traduziu na crise da República oligárquica confrontada pelos movimentos tenentistas dos anos 1920 para culminar com a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. A cultura política apresentava-se desde os anos 20, mas principalmente nos anos 30 cindida entre os defensores de propostas de esquerda, socialistas e comunistas, além dos remanescentes do anarquismo, e seus opositores, igualmente críticos da República Velha e das relações de poder na sociedade capitalista, os autoritários de diversos matizes, entre os quais os integralistas se tornaram os mais relevantes.

Havia uma convergência do pensamento e da ação contrarrevolucionários na década de 1920-30, que resultou na vitória do autoritarismo com a implantação do Estado Novo. Nesse sentido, inicialmente a propaganda do fascismo no *Fanfulla* reforçava as expressões das propostas e dos movimentos políticos autoritários corporativistas, em ambiente de crescente polarização ideológica. Talvez por essa razão o *Fanfulla* não tenha sofrido nenhuma restrição – ao que se saiba – no período anterior ao Estado Novo. A admiração de Vargas, de Plínio Salgado e dos movimentos autoritários pela Itália de Mussolini favorecia sua livre circulação.

É o que se pode constatar, entre outras evidências, na simpatia externada por Plínio Salgado em relação ao Duce e à Itália fascista, à qual chegou não apenas pela propaganda, mas também pela leitura de teóricos do fascismo. Seu relato da visita feita em 1930 à Itália e a Mussolini é significativo dessa atração pelo que julgava ser uma solução política para o Brasil, de grupos

desiludidos com a República liberal-democrática: “Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de ideias” (PLÍNIO SALGADO, 1936, p. 19-20).

Havia portanto um ambiente propício à difusão do fascismo, uma vez que movimentos diversos nele se inspiravam para propor uma nova sociedade de base corporativista e um Estado “forte” para superar as mazelas do capitalismo liberal na chamada “terceira via”. O fascismo forneceu a esses movimentos, não constituídos somente de italianos e seus descendentes nem vinculados diretamente à propaganda de Mussolini, argumentos que reforçavam suas teses antiliberais e antidemocráticas.

Em 1935, a vinda a São Paulo do embaixador Hugo Sola, de Eda Ciano (filha de Mussolini) e outras personalidades – recebidos na Estação da Luz, no *Circolo Italiano*, na *Lega Lombarda*, na OND (Opera Nazionale Dopolavoro) e nas sedes do *fascio* Filippo Corridoni, com aplausos, flores, vivas a Mussolini e Hitler e o braço levantado na saudação “à romana” – deu visibilidade aos resultados dessa propaganda alimentada por eventos grandiosos que resultavam em espraiamento da cultura fascista com seus símbolos e rituais (*littorio*, fotos de Mussolini, saudações) (RELATÓRIO, [s/d]).

Por outro lado, o governo brasileiro mantinha relações amistosas com a Itália, com o que abria espaço livre para a propaganda fascista no Brasil até a Segunda Guerra. Na verdade, a implantação em 1937 do Estado Novo e sua política nacionalista já começara, antes do conflito armado mundial de 1939-45, a criar dificuldades, na medida em que atividades políticas de estrangeiros foram colocadas sob vigilância, chegando a ser proibida a propaganda de ideias e partidos de seu país de origem pelo decreto-lei n. 383 de 1938, já mencionado. Mesmo com o endereço certo voltado para os envolvidos com o levante comunista de 1935, a repressão atingiu igualmente os fascistas, que se viram envolvidos em denúncias e registrados em prontuários no DEOPS como suspeitos de ameaçar a integridade nacional (SANTOS, 2001, p. 16).

Desde então a imprensa publicada no Brasil passou a ser objeto de vigilância e, posteriormente, de censura, embora tenha havido trocas culturais relevantes:

Os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazifascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira (CAPELATO, 1999, p. 169).

A Constituição de 1937 instituiu a censura prévia dos meios de comunicação e em seu artigo 1.222 atingiu diretamente a imprensa para garantir “a paz, a ordem e a segurança pública”. A

criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 institucionalizou essa diretriz. Os periódicos publicados no Brasil

[...] acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. [...]. As atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado (CAPELATO, 1999, p. 175).

Para o *Fanfulla*, aparentemente não houve problemas, uma vez que havia afinidade de suas propostas autoritárias com as do regime varguista. Tanto que os prontuários DEOPS registram essa adequação, quando os investigados se diziam ciosos de não desmerecer a figura do Vargas. Continuou a ser editado, sem interrupção, em italiano, enquanto as atividades de propaganda fascista ostensivas nos *fasci* e nas sociedades *dopolavoro*, por seu caráter público e arregimentador, foram colocadas sob vigilância, pois divulgavam o lema fascista: “acreditar, obedecer, combater”.

O cerco foi fechado com o decreto de 1941, que proibia publicações em língua estrangeira no Brasil, e concluído com o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália por esta integrar, com a Alemanha e o Japão, o bloco do Eixo. Outras medidas contra os estrangeiros dessas nacionalidades se seguiram, como o decreto n. 4166, de 11/3/1942, que colocou os bens de cidadãos desses países sob ameaça de confisco e passou a censurar sua correspondência, além de cercear seu deslocamento pelo território nacional, condicionado à obtenção de um salvo-conduto. Os *fasci* e as sociedades *dopolavoro* foram fechadas em 1942, mas matreiramente se transformaram em sociedades aparentemente inócuas, da Organização Nacional Desportiva (com idêntica sigla, OND), subterfúgio que não passou despercebido aos agentes do DEOPS, que nelas identificavam braços do Partido Nacional Fascista da Itália.

Ilustrações



Figura 1 – Faixa destinada à identificação de alimentos doados pelo Fascio Filippo Corridoni.
Fonte: ASSOCIAÇÕES, [s/d].

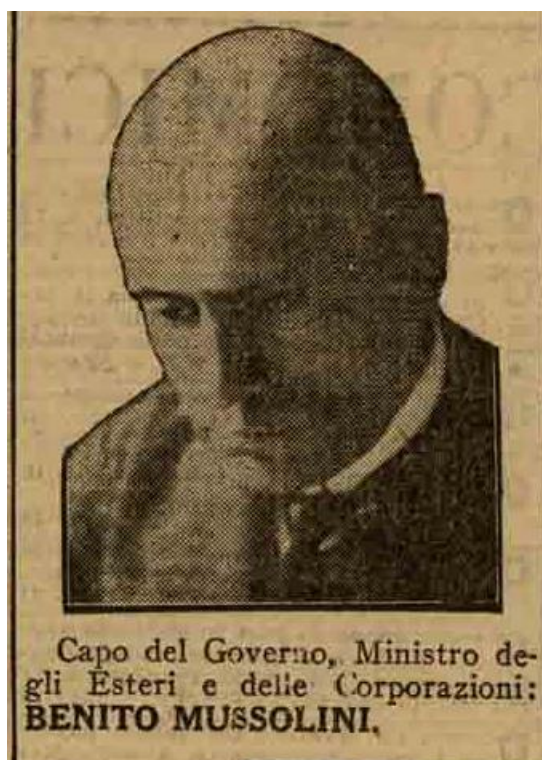


Figura 2 – Foto de Benito Mussolini ilustrativa da mudança do ministério na Itália.
Fonte: FANFULLA, 1932, p. 4.



Figura 3 – Propaganda de extrato de tomate com a foto de Benito Mussolini.
Fonte: FANFULLA, 1924.

Referências

A DOUTRINA do Fascismo exposta em uma admirável síntese do Duce. **Fanfulla**, 02 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 2.

AUTO de apreensão de Aldo Bognetti. **Prontuário DEOPS n. 15880**. Arquivo do Estado de São Paulo, [s/d].

BERTONHA, João Fábio. **A imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BERTONHA, João Fábio. A migração internacional como fator de política externa. Os emigrantes italianos, a expansão imperialista e a política externa da Itália (1870-1943). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, 1999a, p. 143-164.

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. **Revista de História Regional**, Inverno, 2000.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista de Política Internacional**. Brasília, v. 40, n.2, 1997, p. 106-130.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BERTONHA, João Fábio. **Sob a sombra de Mussolini**: os italianos de São Paulo e a luta antifascista, 1919-1945. São Paulo: Annablume, 1999b.

BERTONHA, João Fábio. **Sob o signo do fascio**: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1919-1945. Tese (Doutorado em História Social), UNICAMP, Campinas, 1998.

BERTONHA, João Fábio. Uma política externa não estatal? Os *fasci all'estero* e a política externa do Partito Nazionale Fascista, 1919-1943. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 10, 1999c, p. 40-58.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle nos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris (org.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CIPICO, Antonio. Itália Hoje. **Fanfulla**, 24 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 3.

DECRETO-LEI n. 383, de 18 abr. 1938. Publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 – 19 abr. 1938, p. 7357. In: **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 5354. v. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 out. 2014.

DEPOIMENTO de Luiz Vicente Roncari ao DEOPS, 30 out. 1942. **Prontuário n.14498**. Arquivo do Estado de São Paulo.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: ECA/USP, 1972.

FANFULLA, 17 jul. 1924, Arquivo do Estado de São Paulo.

FANFULLA, 21 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo.

GIBELLI, Rino M. Progresso técnico e fertilização. Pequena crônica d'Itália. **Fanfulla**, 16 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 2.

MILZA, Pierre. **Mussolini**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

O PLANO do Duce para Roma. **Fanfulla**, 25 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 2.

OFÍCIO de Adolfo Packer, diretor do colégio Dante Aleghieri, 17 out. 1942. **Prontuário DEOPS n. 14498**. Arquivo do Estado de São Paulo.

PISANI, S. **Lo stato di San Paolo (Brasile) agli emigrante nel Cinquantenario dell'Immigrazione**. São Paulo: S.C.E., 1937.

PLÍNIO SALGADO. São Paulo: Ed. Revista Panorama, 1936.

PORQUE Roma é uma das capitais mais livres da criminalidade. **Fanfulla**, 16 jul. 1932, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 3.

ASSOCIAÇÕES fascistas de São Paulo. **Prontuário DEOPS n.1312**. Arquivo Público do Estado de São Paulo, [s/d].

RELATÓRIO de investigação de Vicente Amato Sobrinho. **Prontuário DEOPS n.29293**. Arquivo do Estado de São Paulo, [s/d].

SANTOS, Viviane Teresinha dos. Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no Estado de São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Inventário DEOPS**. Módulo V – Italianos. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SOUZA, Marcelo Cintra (org.). **A imprensa imigrante: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo**. São Paulo: Memorial do imigrante; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

TRENTO, A. **Imprensa italiana no Brasil – séculos XIX e XX**. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

Notas

¹ O pesquisador Angelo Trento tem publicado obras sobre a imigração e a imprensa italiana no Brasil e nelas apresenta relevante mapeamento dos jornais publicados no país, com sua localização em arquivos e bibliotecas.

² Os prontuários constituem rico material complementar à história da imprensa italiana, pois o envolvimento com o fascismo acabou por tornar os jornalistas suspeitos no período da Segunda Guerra Mundial.

³ João Fábio Bertanha tem realizado diversos estudos sobre a imigração italiana e sua interface com o fascismo, especialmente nas obras: *A imigração italiana no Brasil* (2004); *A migração internacional como fator de política externa. Os emigrantes italianos, a expansão imperialista e a política externa da Itália (1870-1943)* (1999); *Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943* (2000); *O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943* (1997); *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil* (2001); *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta antifascista, 1919-1945* (1999); *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1919-1945* (1998); *Uma política externa não estatal? Os fasci all'estero e a política externa do Partito Nazionale Fascista, 1919-1943* (1999).

⁴ Camarada. *Balilla* se refere aos meninos e jovens participantes da *Opera Nazionale Balilla* criada por Mussolini para arregimentar a juventude italiana.

⁵ A *Enciclopedia Treccani* de Ciência, Letras e Artes foi criada por Giovanni Treccani e publicou 25 volumes entre 1925 e 1936. Seu diretor foi Giovanni Gentile e o redator-chefe, Antonino Pagliaro.

⁶ Para este artigo optou-se, nas referências, pela tradução dos títulos para o idioma vernáculo.

Teresa Malatian é Professora Titular, pesquisadora do grupo Transfopress Brasil e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca – Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900, CEP 14409-160, São Paulo, Brasil.

Recebido em 11/10/2014

Aprovado em 02/02/2015